

Estado da publicação: O preprint foi publicado em um periódico como um artigo
DOI do artigo publicado: <https://doi.org/10.1590/0102-469847923>

TRÊS MUSEUS BRASILEIROS E O ATENDIMENTO ÀS ESCOLAS (1890-1934): PEDAGOGIUM, MUSEU DO IPIRANGA, MUSEU NACIONAL

Katya Braghini, Camila Marchi da Silva , Raquel Quirino Piñas

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.6587>

Submetido em: 2023-08-10

Postado em: 2023-08-21 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

TRÊS MUSEUS BRASILEIROS E O ATENDIMENTO ÀS ESCOLAS (1890-1934): *PEDAGOGIUM*, MUSEU DO IPIRANGA, MUSEU NACIONAL

KATYA BRAGHINI¹

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-7790-2884>

kmbraghini@pucsp.br

CAMILA MARCHI DA SILVA²

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6309-7220>

ca.marchi09@gmail.com

RAQUEL QUIRINO PIÑAS³

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0508-2095>

rqpinas@gmail.com

RESUMO

Em diferentes definições sobre museu ao longo do tempo, é possível constatar a sua função educadora, mesmo porque o ato de expor coleções já tem intrínseca a intencionalidade de educar os seus visitantes. Este artigo pretende fazer uma reflexão sobre este caráter histórico, educativo, dos museus. No caso, procura apresentar um debate sobre diferentes formas de educação do cidadão, privilegiando o atendimento ao público escolar, em finais do século XIX e início do século XX, em três instituições símbolos do período de expansionismo dos museus no Brasil: o Pedagogia (RJ), o Museu do Ipiranga (SP), o Museu Nacional (RJ). Procura investigar como aconteceu esse relacionamento, mostrando que essa ação educativa se formaliza dentro dos limites do caráter do museu e de suas coleções, mas que também está dialogicamente estruturada pelo conhecimento que tem das referências pedagógicas inovadoras, segundo os propósitos educacionais legais. A documentação acompanha as legislações pertinentes à área educacional, aos documentos normativos referentes aos museus, revistas científicas e de divulgação produzidas pelas próprias instituições, relatórios, requerimentos, cartas, catálogos científicos, entre outros. Viu-se que as instituições possuem práticas de atendimento ao público escolar, alinhando-se às determinações educativas e aos preceitos pedagógicos inovadores em cada um dos contextos. Também é possível apontar os limites e as práticas dos responsáveis, mediante a sua função científica ou frente aos desafios simbólicos e políticos específicos a cada uma das instituições estudadas.

Palavras-chave: educação em museus, ensino em museus, história do ensino das ciências, história dos museus.

¹ Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo (SP), Brasil.

² Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo (SP), Brasil.

³ Secretaria Municipal da Educação de São Paulo, São Paulo (SP), Brasil.

THREE BRAZILIAN MUSEUMS AND THE ATTENDANCE AT SCHOOLS (1890-1934): PEDAGOGIUM, MUSEU DO IPIRANGA, MUSEU NACIONAL

ABSTRACT

In different definitions of museums over time, it is possible to see their educational function, even because the act of exhibiting collections already has the intrinsic intent to educate their visitors. This article intends to reflect on this historical, educational character of museums. In this case, it seeks to present a debate on different forms of citizen education, privileging service to the school public, at the end of the 19th century and the beginning of the 20th century, in three institutions that were symbols of the period of expansionism of museums in Brazil: Pedagogium (RJ), the Museu do Ipiranga (SP), the Museu Nacional (RJ). It seeks to investigate how this relationship happened, showing that this educational action is formalized within the limits of the character of the museum and its collections but that it is also dialogically structured by the knowledge it has of innovative pedagogical references, according to legal and educational purposes. The documentation accompanies legislation pertinent to the educational area, normative documents referring to museums, scientific and dissemination journals produced by the institutions themselves, reports, requirements, letters, and scientific catalogs, among others. It was seen that the institutions have practices for serving the school public, aligning themselves with educational determinations and innovative pedagogical precepts in each of the contexts. It is also possible to point out the limits and practices of those responsible through their scientific role or in the face of symbolic and political challenges specific to each of the institutions studied.

Keywords: education in museums, teaching in museums, history of science teaching; history of museums.

INTRODUÇÃO

Mesmo que, ao longo do tempo, as definições de museu tenham sido modificadas e o quadro de suas funções tenha sido alterado, é possível perceber que as suas atividades para com a instrução pública estiveram presentes como uma de suas características mais marcantes. Seja para conservar uma herança, um patrimônio, para salvaguardar coleções, para exaltar a pátria e a nação, para reunir objetos de viajantes etc., o ato de artefatos à vista pública denota a intencionalidade de educar os seus visitantes⁴.

Lafuente e Valverde (2022) explicam que o movimento de transformação de coleções e sua passagem do mundo comum ao mundo público coincidem com as ações governamentais que idealizam a educação do povo. Tratava-se de mais uma forma de edificar uma invenção revolucionária, o “cidadão”. Um sujeito que, bem-educado, representa

⁴ Este artigo é parte das produções da rede Iberoamericana de História da Educação em Ciências (REDiHEC) financiado pelo Programa de Incentivo à Internacionalização (PRIPINT) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Processo nº 21766).

os valores da Ilustração. São muitos os museus que surgiram na intenção de evitar dispersões e a fim de garantir a conservação patrimonial pública, como forma de educar esse tal cidadão.

A missão educativa de coleções é percebida, mesmo durante a exposição de coisas, em gabinetes de curiosidades na Renascença e, ao longo dos anos, os diferentes espaços dos museus passam por essa função, senão primordial, intrínseca ao cenário de sua existência. Essa incumbência educativa não é um assunto novo mesmo neste período, já que estavam implícitas as proposições de formação dos gabinetes de curiosidades. No final do século XIX, museus e gabinetes marcam-se como instituições que servem também à instrução pública, apoiados à ideia de que a observação direta é a principal fonte de conhecimento mediante a exposição dos objetos (LOPES, 2001). Lopes (2005) apresenta o legado de William H. Flower, quando este aponta a importância do caráter educacional de um museu e de como os discursos sobre exposições museológicas e definição de espaços para coleções tem relação direta com esse duplo sentido entre expor e educar. Museus já tiveram a função de apresentação de coisas para o encanto da nobreza, viram essa atuação transferida para deleite da burguesia e ganharam a qualificação de espaços de educação, transformando-se em ambientes de ensino e aperfeiçoamento técnico-científico (BRAGHINI, 2017).

Ações como estudar, conservar, valorizar, expor, transmitir e educar permanecem nas diferentes definições de museu. A esse respeito, Poulot (2013, p. 19-20) identifica que o campo da museologia elaborou suas próprias significações, enfatizando ainda mais o seu caráter pedagógico, por ser um local que aumenta a quantidade e qualidade dos conhecimentos. E quando se diz “campo da museologia” deve-se considerar que não estamos falando de algo perdido em tempo e espaço, mas de processos objetivos entre pessoas e instituições organizadores da identidade e identificadores das qualificações que caracterizam um determinado museu.

Pearce (1989) e Lopes (1997) discutem essa condição de formatação de museus pela ideia de “sistemas museais”, apresentando-os como redes interconectadas de instituições, grupos e sujeitos que estabelecem as suas funções e as variadas linguagens museológicas, criando os significados sobre o que deva ser um museu. No caso deste artigo, compreende-se que os sistemas museais indicam como deve ser a relação dos museus com as escolas de tempos em tempos, marcando o posicionamento do poder público, dos agentes dos museus e a demanda do público escolar nas formas como essa instituição passa a atender o público escolarizado.

A identidade e as exposições dos museus, em diferentes tempos, apresentam-se como um sistema linguístico que serve a decodificação de quem o aprecia e esse contato educativo é dependente de formas de comunicações dos museus com os seus públicos,

cujos mecanismos são alterados ao longo do tempo. Isso perpassa por aspectos ligados ao caráter do museu, às epistemologias imperantes das ciências de referências que o conduz, à própria dinâmica das práticas e da produção de conhecimento da área museológica etc. Portanto, os processos educativos inventados pelos museus nos levam a pensar sobre as diferentes teorias acerca de cultura, museus, exposições e educação que, historicamente, são apresentadas pelos estudos das documentações dos e sobre museus em diferentes tempos, indicando as possíveis variações de atendimento ao público escolar.

Os autores apresentados até aqui nos advertem à ideia de que os responsáveis pelo museu, inclusive, não se furtam dos debates educacionais que adentram esses espaços, indicando práticas que sejam mais adequadas em relação ao uso das coleções enquanto atendem este público. Também mostra que a discussão sobre a educação em museus não foge de outros elementos da cultura compositores da tecitura dos movimentos pedagógicos que o circundam, dando um sentido à educação que se quer dar, à medida que absorve novas linguagens, tecnologias e invenções. Portanto, seria interessante compreender a rede de relações sociais que tornam os museus também espaços educacionais por excelência e que, de maneira mais ou menos operacionalizada, organizam trabalhos especificamente voltados à formação atrelada aos interesses do ensino público. O artigo faz uma reflexão sobre as formas de educação em museu com enfoque ao atendimento ao público escolarizado.

Procura investigar como aconteceu esse relacionamento, mostrando que essa ação educativa se formaliza dentro dos limites do caráter do museu e de suas coleções, mas que também, está dialogicamente estruturada pelo conhecimento e pelos enfoques dados por referências pedagógicas inovadoras, segundo os propósitos educativos legais e variáveis no tempo. Ora acompanhando as reformas de ensino que estabelecem novos preceitos sobre o significado de ensinar, ora indicando e introduzindo novas formas de ensino na prática de formar docentes.

Metodologicamente, acompanhamos o que Possamai e Julião (2019)⁵ dizem sobre o trinômio museu, história, educação, apontando à pertinência de apresentá-los unificados, fornecendo um panorama de diferentes espaços de museus, cujos acervos são usados para o ato de educar, problematizando o histórico desta relação entre educação e museus, em diferentes espaços-tempos, buscando entender como acontece essa relação, por diferentes espaços museológicos.

⁵ “Museus, história e educação: retrospectivas e perspectivas” é o título do simpósio 123 apresentado na 31^o Simpósio Nacional da Associação Nacional de História, acontecido entre 15 e 19 de julho de 2019 na Universidade Federal de Pernambuco, sob coordenação da Profa. Dra. Zita Possamai (UFRS) e Profa. Dra. Letícia Julião (UFMG). Neste simpósio, também discutem os museus de tipo “escolares” e “pedagógicos”, que são imediatamente coligados ao histórico da escola.

Os museus escolhidos para esse estudo, destacam-se como museus importantes na era do expansionismo dos museus no Brasil, com diferentes propósitos e valores. São eles: o Pedagogium (RJ), museu educativo pensado à formação de professores e ao mesmo tempo estande de venda de produtos voltados ao ensino; o Museu do Ipiranga (SP), instituição monumento que nasce como museu de história natural; e o Museu Nacional (RJ), cujo histórico remonta à vinda da família real e que aqui destaca-se como centro de ciências também voltado à história natural. De certo modo, essa disciplina é o fio que amalgama a discussão pretendida entre os três museus, principalmente pelas práticas e produtos que eles ofertam às escolas e que estão ligados a essa disciplina do conhecimento. Deve-se levar em conta que a História Natural fundamenta a abertura de grandes museus pelo mundo, precisamente porque pode ser compreendida aqui como uma ciência da linguagem, pois apresenta a ordem natural por um sistema de nomes e signos. Logo, era importante que os países apresentassem os seus conhecimentos, no sentido de controle do mundo natural, como forma de expressão de poder e de barganha política, tendo em vista que esses conhecimentos tecnocientíficos produzem legitimidade à universalidade, ao mesmo tempo que marginalizam o que não está catalogado como científico.

As semelhanças e diferenças de propósitos dos museus escolhidos justificam-se pela possibilidade de compreender quais são os usos de suas coleções e atividades propostas para a formação do público escolar, levando em conta um diálogo dos interesses museológicos às determinações educacionais de cada um dos contextos. Busca-se enfatizar os conjuntos de suas ações dentro dos limites de conhecimento e fronteiras científicas de cada uma das instituições, jogando luz sobre os princípios educativos de atendimento ao público escolar em cada um dos casos.

A apresentação das ações educativas explicita o desenvolvimento dos trabalhos, os formatos expositivos, ações de formação etc., entre o final do século XIX e os anos 1930, período quando impera o ensino pelo método intuitivo e o acolhimento de que o conhecimento passa pelo acesso e observação das coisas e, posteriormente, com as discussões de novas perspectivas didáticas inovadoras pelos ideais escolanovistas. As reflexões que interseccionam a educação dos museus, com as determinações pedagógicas e legais da instrução pública, bem como com os métodos de ensino vigentes, serão aprofundadas ao longo do texto. A documentação acompanha as normatizações pertinentes à área educacional e museal, documentos normativos referentes aos museus, revistas científicas e de divulgação produzidas pelas próprias instituições, relatórios, requerimentos, catálogos científicos, entre outros.

MUSEU PEDAGÓGICO NACIONAL – PEDAGOGIUM: UM MUSEU DE GRANDES NOVIDADES

O Museu Pedagógico Nacional – *Pedagogium* foi fundado em 1890 pelo Decreto Lei nº 667. Porém, foi com o Decreto nº 981 de 1890, o qual previa a reforma das instruções primária e secundária, conhecido como reforma Benjamin Constant, que seu funcionamento foi plenamente estabelecido, bem como seus objetivos e organização foram apresentados, considerando, ainda, um processo complexo de transferências de acervo⁶. O *Pedagogium* era destinado a oferecer ao público e aos professores em particular os meios de instrução profissional, a exposição dos melhores métodos e do material de ensino mais aperfeiçoado⁷. Ao longo de seu funcionamento, duas pessoas estiveram por mais tempo ocupando o cargo de diretor: os professores Menezes Vieira e Manuel Bomfin. O *Pedagogium* funcionou por 29 anos e foi extinto em 1919 após uma determinação do prefeito do Rio de Janeiro.

O *Pedagogium* tinha por objetivo central a formação de professores, muito embora a documentação aponte para outras funções. O Museu ofereceu aos professores cursos e conferência com a finalidade de aprimorar o desempenho destes profissionais na aplicação dos ditos novos programas escolares modernos. Pensar a formação de professores foi motivo de debates em torno de seu funcionamento, tanto para justificar a defesa de sua continuidade como também para alimentar os sentimentos contrários ao seu funcionamento, com a alegação de que as Escolas Normais já cumpriam com essa função (MARCHI DA SILVA, 2021).

Esta instituição deve ser vista como uma tentativa do governo republicano de centralizar a educação no país, tendo o museu como um órgão direcionador dos modelos pedagógicos e oferecer formação pautada pela organização de suas coleções. O museu funciona como um órgão de apresentação da matéria pedagógica inovadora à instrução pública e gratuita (REVISTA PEDAGÓGICA, 1898, nº48, p. 227). Os programas do ensino primário e secundário eram determinantes para a caracterização do museu como órgão de formação sistemático. Neste caso, estes programas eram os itens direcionadores do que haveria na exposição como forma de evidência da modernidade pedagógica.

⁶ Vários documentos relatam o fato de que o *Pedagogium* é proposto pela transferência do espólio do acervo do Museu Escolar Nacional a partir do seu desmantelamento. A Revista Pedagógica nº3, de 15 de dezembro de 1890, informa na sua seção de Crônicas do Interior, que a intenção do *Pedagogium* é manter os objetivos da Associação Mantenedora do Museu Escolar, que por sua vez já mantinha parte do espólio da Exposição Universal do Rio de Janeiro. A Associação Mantenedora do Museu Escolar Nacional foi extinta em 1890 e, segundo Santos (2013), parte de seu acervo foi utilizada pelo então inaugurado Museu Pedagógico Nacional, denominado *Pedagogium*.

⁷ O decreto orientou ainda que o estabelecimento deveria manter relações e fazer constante permuta de documentos e objetos com os demais estados da República e países estrangeiros. Ao longo dos anos de funcionamento, ocupou três endereços: entre 1890 e 1891 funcionou no edifício da Imprensa Nacional na rua Guarda Velha n. 2 (ALMANAK, 1891 p. 1628); de 1891 até 1895 esteve na rua Visconde do Rio Branco n.13; por fim, de 1895 até 1919 permaneceu na rua do Passeio n.66.

Seguindo a determinação da lei e acompanhando as exigências da instrução pública, o museu deveria oferecer cursos que diziam respeito imediatamente aos níveis de ensino primário e secundário, tendo por direcionamento o método intuitivo, pensando o ensino “prático” mediado pelo uso de objetos (MARCHI DA SILVA, 2021). Este método de ensino entende que o verdadeiro conhecimento depende da apresentação física e concreta de coisas, para que intuitivamente o aluno possa ampliar os seus conhecimentos, partindo de elementos mais simples aos mais complexos.

O Decreto ainda determina que os professores catedráticos e professores adjuntos tinham por dever executar fielmente os programas de ensino e concorrer às conferências sempre que para isso fossem avisados pela Inspetoria Geral. Isso significa que os professores poderiam ser convocados a assistirem às conferências oferecidas pela instituição. Os docentes podiam usar as exposições para suas aulas práticas.

A função do espaço era ser este lugar de complementação pedagógica, tanto no sentido dos cursos correntes quanto pelo uso das exposições para aulas com a presença dos alunos. O Pedagogium era um local de formação de professores, mas também de apresentação de objetos. Ao frequentar este Museu, visitantes e professores teriam contato com os materiais de ensino tidos como os mais modernos, vindos das empresas fabricantes mais renomadas do mundo. Isso significa compreendê-lo como uma grande vitrine de materiais didáticos. Ensinar aos professores sobre os usos desses materiais é uma obrigação do museu (MARCHI DA SILVA, 2021).

Os cursos eram oferecidos no período noturno e sua frequência era livre, reservando apenas os melhores lugares para os professores. Eles eram ministrados a convite do diretor do museu e divulgados nos jornais da cidade⁸. A sala de cursos livres e das conferências tinha capacidade para 120 pessoas (ANNUÁRIO DE ENSINO DO RIO DE JANEIRO, 1895, p. 470). Chegou a ter mais de 4 mil expectadores neste ano. Os experimentos de laboratório seriam feitos sob a fiscalização do conservador do Museu (REVISTA PEDAGÓGICA, 1894, nº 40, p. 298-299).

As conferências publicadas na Revista Pedagógica mostram que tais eventos serviam também para defender posicionamentos políticos para além de educacionais, tornando o espaço um palco para assuntos prementes de interesse geral, fossem eles educacionais, políticos, de organização social ou difusão da ciência e da tecnologia. Entendia formação de professores de forma ampla, pois não se fechava no assunto especificamente pedagógico (MARCHI DA SILVA, 2021).

⁸ Os jornais da cidade do Rio de Janeiro costumavam publicar os dias, horários, cursos respectivos professores, oferecidos pelo Pedagogium, os que mais citaram tais informações foram: O jornal do Comércio; Gazeta de Notícias; Jornal do Brasil; A Imprensa; A notícia; O Paiz.

Após essa regulamentação, em 1895, apareceu com grande frequência nos anúncios de jornais da cidade, com seus cursos, conferências, como também os professores responsáveis:

Quadro 1 - Relação de cursos e professores (1895)

Curso/Conferência	Matéria/Tema	Professor
Curso	Física	Oliveira Menezes
Curso	História Natural	Parga Nina
Curso	Agronomia	Monteiro da Silva
Curso	Pedagogia e Metodologia	José Veríssimo
Conferência	História Natural	J.J.Pizarro
Conferências	Literárias	-

Fonte: Jornal Gazeta de Notícias (maio a outubro de 1895; Jornal do Comércio (1895)

Vemos no quadro diferentes tipos de cursos e conferências apresentados ao público. Em sua aula inaugural, José Veríssimo fez uma discussão sobre a importância da Pedagogia, buscando apresentar os problemas da educação e os seus métodos (REVISTA PEDAGÓGICA, 1895, nº 44, p. 139-140). Já a conferência pública dada por J.J.Pizarro, em 8 de junho de 1895, intitulada “A voz da palavra sob o ponto de vista da linguagem”, abordou o funcionamento da voz e a elaboração da linguagem na espécie humana em diferentes povos (REVISTA PEDAGÓGICA, 1895, nº 45, p. 194).

De acordo com a Revista Pedagógica, as conferências de Agronomia ministradas pelo professor Monteiro da Silva contavam com a presença de inspetores escolares, inspetor geral e professores primários do ensino público. Além disso, o professor utilizava instrumentos agrícolas, espécimes do Museu Deyrolle e quadros parietais, materiais estes que poderiam ser encontrados em seus estandes para apreciação e aquisição (REVISTA PEDAGÓGICA, 1892, TOMO 3, nº 18, p. 365).

No ano de 1896 a quantidade de cursos aumenta, além do número de pessoas que frequentaram, um total de 4.916:

Quadro 2 - Relação de cursos e professores em 1896

Curso/Conferência	Matéria/Tema	Professor
Curso	Física	Oliveira de Menezes

Curso	Agronomia	Campos da paz
Curso	Pedagogia	José Veríssimo
Curso	Ed. Cívica	Valentim Magalhães
Curso	História natural	J.J.Pizarro
Curso	História Natural	Campos da Paz
Curso	Desenho	Vasquez
Curso	Música	-
Conferências	Literárias	-
Conferência	Sobre Rui Barbosa	Duque Estrada
Conferência	Sobre a evolução do casal humano	Erico Coelho
Conferência	Pátria em geral	Erico Coelho
Conferência	Pátria Movimento literário atual	Erico Coelho
Conferência	Utilidade social da monogamia	Erico Coelho
Conferência	O endereço das cartas	Marques de Souza

Fonte: Jornal Gazeta de Notícias (fevereiro a outubro de 1896); Jornal do Comércio (1896)

No ano seguinte, vemos os professores Campos da Paz, de Agronomia; José Veríssimo, de Pedagogia e o professor Valentim Magalhães, de Educação Cívica, apresentarem seus respectivos cursos (REVISTA PEDAGÓGICA, 1896, nº 48, p. 238).

No ano de 1896, o Museu também ofereceu mais conferências do que no ano anterior, sendo a maior parte ministrada pelo professor Erico Coelho, devotado a uma série de apresentações de temáticas ligadas ao ensino de Moral, apresentando temas como “A educação cívica: sua importância e necessidade” (REVISTA PEDAGÓGICA, 1896, nº 48, p. 227); ou “O dever; sua nação. Classificação dos deveres” (REVISTA PEDAGÓGICA, 1896, nº 48, p. 232).

O museu também tem por mote, formar os professores pelo olhar, pela visualização de suas coleções. Um exemplo sobre as atividades das coleções para o ensino pelo olhar, por meio do uso de sua exposição direta, pode ser parcialmente entendido pelo registro abaixo que nos mostra um ângulo de sua coleção de História Natural.

Figura 1 - Gabinete de História Natural do Pedagogium – 1892



Fonte: Imagem extraída do Anuario do Ensino do Rio de Janeiro (1895, n.p.)

A imagem acima retrata parte do Gabinete, no ano de 1892, em seu primeiro endereço. Observando atentamente, identificam-se três armários do tipo vitrine e prateleiras vazadas fixas no canto direito.

Uma síntese descritiva mostra toda a potencialidade de condução do olhar para uma série de objetos dispostos à apreciação pública. O armário envidraçado no canto esquerdo tem pendurado na parte central superior um quadro parietal com a ilustração de uma figura de tartaruga. Apresenta três prateleiras, repletas de objetos: na primeira prateleira de cima para baixo estão dispostas aves taxidermizadas; na prateleira seguinte é possível identificar grande quantidade de objetos, sendo que muitos também são aves taxidermizadas; na última prateleira desse armário, estão objetos fixos em bases de madeira que podem ser pendurados na parede. Entre os dois armários está um esqueleto humano em tamanho real, montado e preso por um fio que está fixo no teto.

Seguindo a descrição da imagem, em outro armário à direita, observa-se a presença de dois esqueletos montados de animais na sua parte superior. Este armário também permite a identificação de um quadro parietal em sua parte central superior do que parece ser um morcego. Também são identificadas três prateleiras: na primeira superior, identificam-se esqueletos montados e tipos de macacos taxidermizados, sendo que no canto direito observa-se a presença de um pequeno quadro representando uma ave; na

prateleira imediatamente abaixo, estão mais animais taxidermizados não identificados. Na prateleira inferior, observa-se peças taxidermizadas e esqueletos de crânios de animais. Imediatamente ao lado direito desse armário, está um novo armário vitrine, com a presença da peça estampando um corpo humano. Percebe-se que essa peça ocupa um armário sozinha e, assim como o esqueleto humano, está em tamanho real.

Por fim, no canto direito, observam-se prateleiras vazadas fixadas na parede. Nestas prateleiras, verificam-se três objetos mencionados pela documentação como as peças clássicas: da abelha, na primeira prateleira de cima para baixo; do bicho da seda, uma peça numa base de madeira que poderia ser pendurada na parede e do caramujo. Mesmo que não seja possível ver o gabinete por completo, dá para se ter uma noção da diversidade de peças presente no museu.

A organização visual do Gabinete de História Natural conduz o visitante a comparar os objetos. Os objetos estão agrupados por sua classificação morfológica, sendo destacados aqueles que representam o corpo humano. O *Pedagogium* também fornecia instruções para a montagem de museus escolares, indicando os objetos mais interessantes para a composição de uma boa coleção⁹, as peças essenciais e uma organização possível. Embora num primeiro momento o observador se depare com um agrupamento de objetos, percebe-se que a montagem de um museu escolar segue critérios responsáveis pela instrução visual que o *Pedagogium* indicava e, não por coincidência, estimulava a compra dos produtos.

Mais do que o oferecimento de cursos e conferências, o museu indicava modelos de organização de coleções escolares, como na exposição de seu próprio gabinete. Ao visitá-lo, o professor teria uma formação intelectual e poderia observar, na prática, como deveria ser montado um museu escolar em sua unidade de ensino. O museu era um centro de formação articulador de diferentes tipos de instrução; isso significa a indicação de modelos de organização visual para as coleções escolares. Oferecia aquilo que era considerado moderno, inovador, tecnológico e utilizado em outros países do mundo. Estava interligado com museus semelhantes em outros países, indicando aos professores que o seu ponto de vista está adequado ao que circulava mundialmente em museus pedagógicos semelhantes. Ao frequentar o *Pedagogium*, o professor teria contato com as invenções do mercado. Era um museu de grandes novidades (MARCHI DA SILVA, 2021).

⁹ Museus Escolares são materiais didáticos que podiam ser apresentados ao público escolar com diferentes formatos: quadros parietais, armários, coleções em caixas (PETRY; GASPARD DA SILVA, 2013). São vetores para uma pedagogia do olhar (VIDAL, 1999). E foram materiais cuja demanda pediu a associação entre mediadores culturais que passam a fazer tanto o comércio quanto a tradução de materiais da Europa para o Brasil (VIDAL, 2007). Destacamos os museus do tipo coleções feitas em armários (MARCHI DA SILVA, 2015).

Parcialmente se pode dizer que o *Pedagogium* é um museu pedagógico feito especialmente ao atendimento do público escolar e, por conseguinte, segue as normas educacionais do momento para o atendimento de uma comunidade específica, legalmente incentivada a se formar e a consumir produtos inovadores. Sua coleção não objetiva criar representações do passado, mas idealiza a possibilidade de imaginar o futuro, pois visa à projeção de um tipo de educação visual e científica. Em grande medida, o seu caráter mistura a ideia de guarda de coleções, mas ela possui um caráter efêmero, pois se trata de formar os professores e alunos pela apreciação e uso de produtos educativos de diferentes empresas produtoras e revendedoras de materiais didáticos¹⁰. De certo modo, trata-se de uma espécie de estande de apresentação de artefatos modernos, colecionáveis, qualificando-o como museu.

Museu Paulista: centro de pesquisa e ensino

De acordo com Alves (2001), o processo de constituição do Museu Paulista foi bastante conturbado e dividiu opiniões. Ainda durante o período imperial, os monarquistas defendiam a construção de um monumento voltado exclusivamente para a memória da independência nacional. Já os republicanos, liderados por figuras influentes como Rangel Pestana, defendiam a criação de um monumento destinado à instrução e ao desenvolvimento das Ciências. A construção de um palácio no Ipiranga para celebrar a Independência do país foi um projeto iniciado ainda no Império, em 1885, mas que somente se concretizou na República, em 1890, tendo sido apropriado pelos republicanos. A criação do Museu Paulista como instituto científico contemplava os dois lados: a construção de um palácio em comemoração à independência, mas ocupado por atividades e objetos de instrução e ciências (ALVES, 2001, p. 33, 40 e 44).

Por um lado, havia o projeto de instrução pública de Rangel Pestana que pensava o palácio monumento à independência do Brasil como uma oportunidade para desenvolver a ciência e a instrução pública, ou seja, indicava que “a comemoração era um meio e a instrução um fim” (ALVES, 2011, p. 39). Em seu entendimento, a instrução deveria promover a expansão do conhecimento científico como forma de auxiliar a população da época a atingir o progresso¹¹. Por outro lado, este mesmo intelectual participa do debate

¹⁰ A diversidade de empresas de materiais didáticos presentes no acervo do Museu dá um indicativo do tamanho do mercado da época. Algumas dessas empresas eram as francesas Deyrolle e Delagrave, a italiana Paravia e a norte-americana Baker Pratt (MARCHI DA SILVA, 2021).

¹¹ O Museu Paulista foi inaugurado em 7 de setembro de 1895. A história da instituição está intimamente ligada à construção do palácio-monumento do Ipiranga, para que celebrasse e perpetuasse uma narrativa da Independência a partir de São Paulo. No ano de 1885, foi iniciada a construção no sítio do Ipiranga de um palácio em estilo neoclássico, que marcasse e simbolizasse o nascimento da nação brasileira. O edifício foi concluído em 1890 (STEPANENKO, 2016).

sobre as reformas em educação, disseminando o seu projeto educacional como jornalista do jornal A Província de S.Paulo (HILSDORF, 1987). O intelectual e político também era defensor da inovação pedagógica por meio da aplicação do método intuitivo, este que acabou sendo o método de ensino oficial do estado de São Paulo.

O museu era um órgão produtor de conhecimento, centro científico e instituição coligada ao projeto de instrução pública do estado, composto também pelas instituições Faculdade de Medicina, a Escola Politécnica, o Primeiro Ginásio Público da Capital e Escola Normal de São Paulo (BRAGHINI E MARCHI DA SILVA, 2017). Ainda sobre o museu, está claramente observado em pesquisas cujo objeto é o Museu do Ipiranga a sua marcação de duplo caráter, científico e educativo, segundo Alves (2001), Grola (2014), Stepanenko (2015).

Alves (2001) apresenta-o como museu de História Natural, incluído em um projeto amplo de educação pública e ligado ao ideal dos republicanos paulistas, históricos reformadores da educação, que o viam como mais um dos espaços voltados ao processo civilizador do cidadão paulista. Grola (2014) entende que as exposições públicas e a apresentação das coleções de tal museu são concebidas como marca educativa no diálogo com o seu público, no ensejo em que se davam vistas à natureza, destacando espécies de animais, principalmente, sul-americanos. Stepanenko (2015) desvela a ideia de que a instituição assumiu, desde a sua fundação, esse duplo caráter, tanto educacional quanto científico. Os discursos assinalam a constituição do museu como marco da educação de São Paulo também em relação ao seu patrimônio edificado (*boulevard*, jardins, edifício monumento) até suas coleções e exposições.

A constituição do Museu Paulista ocorreu concomitantemente às discussões sobre o processo de escolarização das classes populares e a ampliação do ensino público por meio da disseminação de grupos escolares. Ao longo dos debates para a sua criação, havia a fundamentação do seu caráter científico que paralelamente também cumpriria uma função educacional (BRAGHINI e MARCHI DA SILVA, 2017). Essa instituição seria representativa em um plano geral de instrução pública com projeções que visaram representar o ideal da nascente república.

Na leitura de Marchi da Silva (2015), Stepanenko (2016) e Braghini e Marchi da Silva (2017), destacam-se três categorias de atividades relacionadas à instrução, que eram desenvolvidas pelo Museu Paulista já nos seus primeiros anos de funcionamento: o recebimento de público escolar, cientistas e o público em geral; o uso das coleções e seus laboratórios para estudo e ensino prático de ciências; e o fornecimento de objetos e coleções para escolas, auxiliando-as na montagem de seus museus escolares.

As visitas ao palácio-momento do Ipiranga tiveram início antes da inauguração do seu edifício, durante sua construção, pelo público em geral. Promover os

processos educativos nesses espaços externos era uma das preocupações do seu diretor. Ele mesmo reivindicava o acesso de visitantes por meio de solicitações junto ao poder público para a melhoria na oferta e preços do transporte (STEPANENKO, 2016).

A ideia era de que a arquitetura do edifício fosse entendida por seu caráter instrutivo de forma a deixar registrada a grandiosidade da Pátria e promover a ideia de nação engendrada à modernidade a partir da Independência. Além disso, as áreas externas e os jardins do Museu também eram utilizados para a realização de atividades diversas, como em solenidades oficiais, rituais cívicos, passeios escolares e comemorações da Independência, que atraíam uma quantidade expressiva de pessoas (STEPANENKO, 2016).

Figura 2 - Festa Escolar no Ipiranga (1912)



Fonte: Augustín Salinas y Teruel (1912). Óleo sob tela 99x150 cm. Imagem faz parte do acervo da Pinacoteca do Estado de São Paulo.

O que se vê na representação acima é uma festa escolar lindamente registrada nos jardins do Museu. Os jardins eram constantemente usados para atividades variadas, mas principalmente para rituais cívicos como a festa da independência do Brasil (STEPANENKO, 2016). No caso da imagem, vemos a exploração da cor branca, ritualizada em diferentes batalhões de meninas, perfiladas diante do museu e acompanhadas por ritos militares. Vê-se claramente que não se trata de uma solenidade qualquer, mas uma vultosa

apresentação do público escolar em frente a um museu ricamente decorado. O jornal O Estado de S.Paulo registra uma dessas festas em 07 de setembro de 1912, o mesmo ano de datação da pintura. Indica que, na festa de independência daquele ano, 10.058 alunos estiveram presentes, cantaram hino, apresentaram-se diante das solenidades, fizeram desfile e, por fim, comeram lanche e ganharam doces¹².

O público que visitava o Museu Paulista e seus arredores era formado por cientistas, homens ilustres, estudantes e pessoas comuns que usavam o espaço para momentos de pesquisa, instrução e lazer. Há registro de visitas de professores como representantes de suas escolas ou acompanhados por seus alunos¹³. No livro de vista da instituição, foram localizadas informações sobre a visita de escolas e outras instituições de ensino e pesquisa, podendo ser citadas as visitas do professor Henrique C. de Magalhães Gomes, lente da Escola Polytechnica e do Ginásio de São Bento. O Ginásio Macedo Soares compareceu ao museu em duas oportunidades (LIVRO DE VISITAS, 1914, n.p.).

Uma das grandes marcas do relacionamento do museu com o seu público vinha de solicitações de cientistas da natureza, professores e estudantes para realização de estudos em suas dependências. Há registros de estudiosos nos laboratórios do museu, estudantes de cursos ginasiais, candidatos de concurso que frequentavam suas dependências com este propósito (REVISTA DO MUSEU PAULISTA, 1914, p. 5-6). Um exemplo disso foi o registro do Sr. Bel. Fauto Lex, que se preparou para um concurso de História Natural, no Ginásio de Campinas (IHERING, 1918, p. 15), e o professor Julio Costa, que usou os laboratórios em nome do grupo da Escola Normal de Guaratinguetá (RELATÓRIO DO MUSEU PAULISTA, vol. 10, 1918).

Uma atividade destacada da relação deste museu com o público escolar no sentido de sua formação foi referente ao fornecimento de materiais de ensino. Marchi da Silva (2015, p. 91-92) afirma que, em seus primeiros anos de funcionamento, o Museu Paulista forneceu os já anunciados “museus escolares”, apresentados como pequenas coleções de itens variados, amostras de rochas, exemplos botânicos etc. A primeira publicação da *Revista do Museu* de 1895 ressaltava a importância do recebimento de coleções para a composição do próprio Museu Paulista com a “intenção de instruir a

¹² Cf. “A comemoração escolar junto ao Monumento do Ipiranga”. O Estado de S.Paulo, 07/09/1912, p. 4.

¹³ Deve-se destacar que o serviço do museu abarcava diferentes níveis de ensino e, por isso, recebia professores e alunos de diferentes instituições tais como o Instituto Butantan, Instituto Agrônomo de Campinas, Faculdade de Medicina e Escola Agrícola Luiz de Queiroz de Piracicaba. Mesmo cientistas de órgãos internacionais estão registrados, como o *British Museum of Natural History*, Imperial Museum de Viena e Museu Antropológico de São Petesburgo (STEPANENKO, 2016, p. 80).

população sobre a natureza da América do Sul e do Brasil” (MARCHI DA SILVA, 2015, p. 92).

Há queixas sobre a inexistência de universidades de ciências físicas e naturais. Para o diretor do museu, Hermann von Ihering, a falta de estabelecimentos de ensino na área científica era um empecilho para a prática dos professores brasileiros, em comparação às condições de formação e atuação dos professores da Europa e outros países nos quais a melhor dotação em equipamento posicionava o ensino e a pesquisa científica em patamar mais desenvolvido (MARCHI DA SILVA, 2015).

A intenção do diretor era de que o Museu Paulista contribuísse para o desenvolvimento do ensino científico e, parte desses esforços, incluía o fornecimento de materiais e coleções aos professores e estudantes. Dessa forma, o Primeiro Relatório do Museu do Estado de 1891 previa que o excedente do material produzido no estabelecimento seria enviado para escolas para a formação de museus escolares:

Hoje, pois, adquirir um local mais adequado a essas exigências, escolher-se depois o melhor entre toda aquela imensidade de duplicatas e colocar-se o museu no seu lugar respectivo compartimento. O restante servirá para formar museus em institutos pedagógicos de caráter público ou particular, concorrendo assim para a vulgarização da ciência; podendo de alguma coisa também servir para entabular permuta com museus de outros estados (PRIMEIRO RELATÓRIO DO MUSEU DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1891, n.p.).

O diretor fala da confecção de pequenas amostras duplicadas no museu de modo a servir ao abastecimento das coleções docentes em escolas públicas e privadas. Marchi da Silva (2015) mostra como era estabelecido este relacionamento entre o museu e as escolas, com o envio de museus escolares completos ou peças para a sua formação ou abastecimento. Na maioria das vezes, a remessa de materiais era intermediada pelo Secretário do Interior que, a pedido das instituições de ensino, fazia o contato com o museu solicitando o envio.

Quadro 3 - Envio de Materiais Solicitados pelo Secretário do Interior de São Paulo aos Grupos Escolares

Escolas	Museus	Peças	Observações
Grupo Escolar Luiz Leite de Amparo		X	Solicitação do Secretário do Interior

Escola Normal de SP	X	X	Envio de Museus Escolares alemães
Escola Complementar de Piracicaba	X		Solicitação do Secretário do Interior
Grupo Escolar de Botucatu	X		Museu Escolar enviado para o Almoxarifado da Secretaria do Interior
Grupo Escolar de Tatuí	X		Museu Escolar enviado para o Almoxarifado da Secretaria do Interior
Grupo Escolar de Lorena	X		O Museu Paulista solicita que o Secretário do Interior retire o material.
Grupo Escolar de Itatiba	X		Museu Escolar enviado para o Almoxarifado da Secretaria do Interior

Fonte: Pasta 70 – Arquivo permanente do Museu Paulista, fundo Museu Paulista, data 1896

Mesmo antes, foi constatado que envio de materiais poderia ter sido maior, se houvesse mais investimento por parte do estado, conforme a advertência de outro diretor do Museu Paulista, Albert Loefgren, em correspondência enviada ao secretário do interior, quando recusou o pedido de materiais devido à falta de funcionários (MARCHI DA SILVA, 2015). A falta de funcionários do Museu afetava inclusive a aquisição de peças para a própria instituição (GROLA, 2012).

O envio de museus escolares e de peças para a sua composição às escolas continuou mesmo após a mudança de direção do Museu Paulista, tendo assumido o cargo Afonso Taunay. No ano de 1919, o então diretor informou à Secretaria do Interior que o número de envios para as escolas públicas do estado havia sido bastante reduzido. Isso porque as reservas do museu estavam esgotadas, após a remessa de vastos materiais às escolas normais e grupos escolares. Justifica que “em breve atenderia aos novos pedidos” (MARCHI DA SILVA, 2015, p. 94).

Quadro 4 - Envio de Materiais ao diretor do Museu Afonso Taunay

Escolas	Ano	Peças	Observações
Escola Normal do Brás	1916	X	Pequenas coleções de aves e conchas a pedido do secretário do interior
Grupo Escolar de Lorena	1918	X	Aves e mamíferos
Escola Normal e Primária de Campinas	1918	X	Aves e mamíferos
Ginásio do Carmo	1918	X	Aves e Mamíferos
Instituto Cristóvão Colombo	-	X	Aves e Mamíferos
Instituto Da. Ana Rosa	-	X	-

Fonte: Pasta 70 – Arquivo permanente do Museu Paulista, fundo Museu Paulista, data 1896

A atuação da Secretaria do Interior funcionou como um centro distribuidor das peças entre a instituição científica e as escolas públicas, mediando o processo de envio de materiais do Museu Paulista, às instituições de ensino no estado. Havia esforços por parte do Museu, como instituição científica de apoio à instrução, em atender as demandas dos estabelecimentos de ensino, embora isso não fosse plenamente possível dada às insuficiências de diferentes tipos (MARCHI DA SILVA, 2015). Os esforços da Instrução Pública em promover as concepções do método intuitivo limitavam-se na dificuldade em dotar os estabelecimentos escolares de materiais adequados a aprendizagem, o que muitas vezes impedia professores de revisitarem suas práticas e formas de ensinar.

A relação estabelecida entre os museus escolares e o ensino das ciências naturais torna-se nítida no caso do estado de São Paulo, devido ao debate sobre a fundação do Museu Paulista e seu papel no projeto de instrução paulista. O Museu Paulista foi concebido como um instituto científico e tinha entre suas funções prover objetos e coleções aos estabelecimentos de ensino. No entanto, não era possível atender toda a demanda existente, por causa de problemas que afetavam diretamente a manutenção das coleções do próprio museu, por ausência de profissionais e dificuldade em obter peças.

No caso deste museu, vemos que o atendimento ao público escolar é variado e, em grande medida, as festas da independência são registros dessa união, enquanto os espaços do museu-monumento recebem os escolares para compor a unidade republicana instruída e científica. Vemos que houve esforços de contato entre esses dois mundos, havendo o movimento dos responsáveis do museu para o abastecimento de escolas com materiais de ensino de ciências pelo método oficial do estado. No entanto, os limites financeiros e trabalhistas são empecilho para atuações mais potentes, segundo a documentação.

MUSEU NACIONAL: FORMAÇÃO DE PROFESSORES E RENOVAÇÃO DIDÁTICA

A vinda da corte portuguesa para o Brasil, em 1808, promoveu um intenso movimento de naturalistas por todo o país, destacando a cidade do Rio de Janeiro, com expressiva valorização dos estudos de História Natural e atividades práticas. Neste ambiente, foi fundado, em 1818, por D. João IV, o Museu Real, cuja função era promover estudos pela observação de objetos muito variados, como aqueles referentes às ciências naturais do Reino do Brasil, e que podiam ser empregados no comércio, na indústria e nas artes, além de serem vistos como “grandes mananciais de riqueza” (BRASIL, DECRETO 6/6/1818). O Museu surgiu em um contexto de construção da unidade nacional a partir de concepções sobre território, natureza e povo, e foi responsável por difundir conhecimentos sobre as riquezas culturais do Brasil.¹⁴

O Decreto nº 377A, de 1890, que organizou a Secretaria de Estado dos Negócios da Instrução Pública e Telégrafos, afirmou sua responsabilidade sobre os museus e os incluiu às instituições dedicadas à instrução ao instituir no seu artigo 3º:

A 1ª secção terá a seu cargo tudo que for attinente á instrucção publica, primaria, secundaria e superior; instrucção especial e profissional; institutos, escolas normaes, academias, musêos e demais estabelecimentos congeneres; associações de sciencias, letras e artes (BRASIL DECRETO n. 377ª, 5/5/1890).

O Museu Nacional como local de instrução pública foi oficializado no Regimento Interno da instituição, publicado no Decreto nº 810 do mesmo ano, assinado por Benjamin Constant que determinava a possibilidade de se fazer cursos públicos noturnos de ensino concreto; com livro de matrícula para estudantes. Possuem a projeção de aulas abertas,

¹⁴ Passou a ser chamado, no ano de 1824, de Museu Imperial e recebeu o nome de Museu Nacional, em 1890. No ano de 1892, no regime republicano, a instituição foi transferida para o Palácio da Quinta da Boa Vista, em São Cristóvão, antiga residência da família real portuguesa.

com anfiteatro, para a difusão da Física e da Química, entre outros assuntos. No seu artigo 87, expressa a vontade de atender ao ensino primário e secundário (BRASIL DECRETO nº 810, 4/10/1890).

O Museu Nacional deveria facilitar o acesso dos estabelecimentos de ensino aos materiais, dispensando sua importação e, ao mesmo tempo, promover os valores da nação a partir de representações sobre natureza, homem e cultura do Brasil. Até o final do século XIX, os materiais didáticos, tais como as coleções didáticas e os quadros murais de História Natural, eram importados de diferentes países da Europa, e sua adoção era criticada por não serem representativos da realidade nacional (SILY, 2012).

Na gestão Bruno Lobo (1915-1923), o Museu Nacional passou a ter oficialmente como um de seus objetivos a promoção da História Natural, conforme se verifica no regulamento de 1916, para expor ao público os seus conhecimentos (BRASIL, Decreto nº 11.896, 14/1/1916). No quadro deste regimento, este museu deveria apresentar suas coleções científicas organizadas, mas também ministrar conferências públicas e cursos de especialização e aperfeiçoamento, de caráter prático, realizados nos laboratórios por decisão de chefes e assistentes, com autorização do diretor. O documento determinava o apoio da instituição às atividades das instituições de ensino: “Aos professores de todos os institutos de ensino da República serão fornecidos, mediante pedido ao director e sem prejuízo dos serviços, sala e material para os seus cursos” (BRASIL, Decreto nº 11.896, 14/1/1916).

Segundo Sily (2012), na sua bela pesquisa sobre o trabalho deste museu em relação aos seus processos educativos, em 1919, atendendo a diversas solicitações, foram distribuídas 90 coleções didáticas pelo Museu Nacional, enviadas para cerca de 60 instituições de ensino, em todas as regiões do Brasil, com destaque para o distrito federal, e seis para o exterior, entre ginásios, grupos escolares, escolas normais, colégios, liceus, institutos, faculdades, escolas superiores, entre outros, como podemos observar no quadro abaixo (SILY, 2012).

Quadro 5 - Atendimento às escolas em diferentes locais do Brasil (1919-1920)

Escola	Ano	Local do Brasil
Escola Normal Primária	1919	Campinas (SP)
2º Grupo Escolar	1919 1920	Lorena (SP)
Escola Normal de Artes e Ofícios	1919	Wenceslau Brás (SP)
Liceu Rio Branco	1919	São Paulo (SP)
Liceu Francês	1919	São Paulo (SP)

Grupo Escolar Gabriel Prestes	1919	São Paulo (SP)
Liceu e Escola Nacional	1919	Campos (RJ)
Escola Martins Júnior	1919	Bangú (RJ)
Instituto Comercial	1919	Rio de Janeiro (RJ)
Liceu La-Fayette	1919	Rio de Janeiro (RJ)
Colégio de Pedro II	1919	Rio de Janeiro (RJ)
Externato e Semi-Internato Santo Inácio	1919	Rio de Janeiro (RJ)
Colégio Santo Antônio Maria Zacharias	1920	Rio de Janeiro (RJ)
Colégio Santa Rosa	1920	Niterói (RJ)
Escola Normal	1920	Rio de Janeiro (RJ)
Escola Premonitória 15 de Novembro	1920	Rio de Janeiro (RJ)
Escola Normal de Santa Cruz	1919	Juiz de Fora (MG)
Escola Normal	1919	Santa Rita do Sapucaí (MG)
Ginásio Leopoldinese	1919	Leopoldina (MG)
Ginásio Itajubá	1919	Itajubá (MG)
Ginásio Mineiro	1919	Belo Horizonte (MG)
Instituto Técnico Profissional	1919 1920	Alfenas (MG)
Instituto Propedêutico	1919	Ponte Nova (MG)
Grupo Escolar da Onça do Pitangui	1919	Onça do Pitangui (MG)
Liceu Muzambinho	1920	Muzambinho (MG)
Colégio N. Sra. das Dores	1920	São João Del Rei (MG)
Ginásio Espírito Santense	1919	Vitória (ES)
Escola Doméstica	1919	Natal (RN)
Escola Normal	1919	João Pessoa (PB)
Liceu da Paraíba	1919	João Pessoa (PB)
Liceu Oficial do Maranhão	1919	São Luis (MA)
Ginásio Pernambucano	1919	Recife (PE)
Liceu do Ceará	1919	Fortaleza (CE)
Liceu de Cuiabá	1919	Cuiabá (MT)
Instituto Lauro Sodré	1919 1920	Belém (PA)
Ginásio Paes de Carvalho	1919	Belém (PA)
Ginásio Santo Antonio	1919	-
Ginásio Brasileiro	1919	-
Grupo Escolar São Matheus	1919	-
Grupo Escolar Dr. Alcides Gonçalves	1919	-
Ginásio 28 de Setembro	1919 1920	-
Colégio Silvio Leite	1920	-
Colégio Batista Americano Brasileiro	1920	-
Colégio Paulo Freitas	1920	-
Escola Nilo Peçanha	1920	-

Escola Mista do 6º Distrito	1920	-
-----------------------------	------	---

Fonte: Sily, 2022, p. 279 e 281. O quadro foi organizado pelas autoras. Foram consideradas apenas escolas primárias, secundárias, profissionais. Não foram registrados os institutos superiores.

Também a partir de 1919, as seções do Museu Nacional iniciaram a confecção de quadros murais de história natural, material didático visual, com imagens e informações elementares de zoologia, botânica, geologia e antropologia. A primeira edição, com 14 quadros murais, apresentando breves textos e ilustrações desenhadas e pintadas sobre tela amidoada foi concluída em 1922, sendo produzida e distribuída pelo Museu até 1942. Neste caso, vemos um impulso de produção própria de materiais para a distribuição em escolas, um diferencial frente aos outros museus estudados. Em 1920 foram registradas 1.050 amostras que partiram da seção de Mineralogia do Museu e 25 coleções de Zoologia (SILY, 2012).

A coleção de quadros murais recebeu o título *Quadros Elementares de História Natural do Brasil organizados pelo Museu Nacional do Rio de Janeiro*, elaborada nas seções do Museu sob a orientação da direção e por equipe formadas por professores, auxiliares e desenhistas-calígrafos. Os quadros foram feitos em folha de papel amidoado, em tamanho 0,80 X 1,00, com desenhos e pinturas em aquarela e pequenos textos sobre conhecimentos elementares do tema tratado. Exemplares desta coleção foram enviados para escolas públicas e privadas, entre as décadas de 1920 e 1940 (SILY, 2012, p. 291-292). Era solicitado também o envio de coleções didáticas, atlas fitogeográfico, livros e revistas científicas, e também instruções sobre procedimento de organização de museus escolares (SILY, 2012, p. 294).

Neste mesmo período, percebe-se que, para o Museu Nacional, produzir e distribuir as coleções didáticas era uma ação insuficiente. O escolanovismo difundido no Brasil a partir dos anos 1920 preocupou-se com novos modelos pedagógicos, situando a sua preocupação na relação entre professor-aluno, deslocando a iniciativa educativa à aprendizagem, ao aluno, colocando o professor como um incentivador de aprendizagens. No sentido de realização de atividade educativa motivadoras, amplificam-se os espaços de estímulo às aptidões e interesses pessoais que passam a também mobilizar o uso educacional dos museus neste sentido (LOPES, 1991). Segundo esta autora, Edgard Roquette-Pinto (1926-1935) “vanguardou” durante a sua gestão à frente do Museu Nacional (no sentido de amplificar o uso educacional dos museus (LOPES, 1991, p. 02). A instituição deveria orientar os usos, sua organização no espaço escolar e inspecionar as ações de ensino-aprendizagem possibilitadas por esses recursos.

Sob a direção do médico e professor, as ações pedagógicas do Museu Nacional tornaram-se prioritárias, contemplando um público mais amplo e o atendimento de

estabelecimentos de ensino de todos os níveis.¹⁵ Roquette-Pinto atuou para a promoção da missão educativa da instituição. Ampliou as visitas públicas, imprimiu preocupações quando a visualidade na preparação e organização das coleções para as exposições, incentivou a produção de filmes educativos e diapositivos destinados ao ensino, e promoveu cursos públicos e conferências ilustradas por recursos visuais e demonstrações práticas. Por seu intermédio, vê-se a formação por auditório que contemplou um público visitante amplo para cursos com professores como Alberto Sampaio, Betim Paes Leme, Bastos D'Ávila, Mello Leitão, entre outros. As aulas sobre História Natural eram as mais práticas possíveis para que os alunos pudessem assimilar o conteúdo. Para cada curso proposto havia, em média, duzentos alunos inscritos (RANGEL, 2010).

Por iniciativa de Roquette-Pinto, no ano de 1927, foi criada a 5ª seção do Museu Nacional, o Serviço de Assistência ao Ensino de História Natural (SAE), primeiro setor de educação em museus no Brasil. Pereira (2010, p. 137) afirma que a 5ª seção tinha entre seus objetos o incentivo, a constituição e manutenção de museus escolares; os professores que buscavam as aulas ministradas aprendiam a preparar as coleções e as técnicas para o cuidado com os espécimes colecionados.

Para além disso, o SAE também ofereceu cursos para professores interessados na organização de herbários, gabinetes de História Natural e museus escolares. As formações ocorriam com frequência quase que diária, ministradas em cinco ou sete encontros por docentes e especialistas da instituição (SILY, 2012). O departamento também realizava a preparação de materiais de História Natural (animal, vegetal e mineral) enviados pelas escolas, em geral coletados pelos alunos e professores. O trabalho de preparação envolvia a classificação e ordenação científica por especialistas do Museu antes da devolução ao estabelecimento de ensino (SILY, 2012).

O SAE deveria concentrar as atividades educativas desenvolvidas pelo Museu e, assim, potencializá-las para educadores e estudantes que frequentavam a instituição e buscavam orientações e apoio ao ensino de História Natural (PEREIRA, 2010). E na concepção de Roquette-Pinto, deveria intermediar as demais seções do Museu para que suas produções científicas fossem direcionadas ao atendimento do público (RANGEL, 2010).

Esse movimento acompanha a determinação do Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931, reconhecido como “Reforma Francisco Campos” que, em âmbito nacional, estabeleceu de modo oficial um processo de modernização, no caso, do ensino secundário

¹⁵ Roquette-Pinto iniciou sua carreira na instituição em 1905, participando de excursões científicas como antropólogo. Integrou em 1912 a Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas, comandada pelo tenente-coronel Cândido Mariano da Silva Rondon, o que resultou na publicação da obra *Rondônia* (RANGEL, 2010, p.41).

que, dentre outras coisas, modificou os saberes escolares, fortalecendo o ensino de Ciências Naturais e Físicas (DALLABRIDA, 2009, p. 199). Essas ações se compactuam e, enquanto isso, no plano da educação nacional, há um longo debate sobre a alteração do currículo do ensino secundário entre aqueles que preferem mantê-lo como a sagração das humanidades clássicas e outros que enxergam a chance de ampliação dos estudos científicos no ambiente escolar.

As lições defendiam a produção do conhecimento a partir das experiências do aluno, o estímulo a curiosidade e investigação, por meio de ensino prático, concreto e experimental, o que aponta seu engajamento com as, então novas, teorias pedagógicas da Escola Nova. Destacavam o uso de novas tecnologias na escola que estimulassem a observação dos objetos em estudo, de acordo com novos métodos científicos (SILY, 2012).

Seguindo essa lógica, o Regulamento de 1931 do Museu Nacional estabeleceu entre suas finalidades: a pesquisa científica, o ensino de História Natural e a divulgação das ciências naturais, resultado de pesquisas e estudos em publicações, fotografias, diapositivos, filmes científicos e rádio transmissão de conferências (BRASIL, Decreto nº 19.801, 27/3/1931).

O Regulamento de 1931, em seu capítulo VI, *Do Ensino*, sobre a instrução promovida pelo Museu Nacional, apresentou as disposições já lançadas no documento de 1916, com o acréscimo da atuação do SAE, inclusive, permitindo o uso de seus espaços e materiais para professores de escolas públicas e cursos particulares que “forem julgados idôneos” (BRASIL, Decreto nº 19.801, 27/3/1931).

O SAE facultava aos professores o uso do salão de conferências, do material de projeção e de outros recursos de ensino existentes no Museu, mediante autorização da direção e agendamento prévio, em horário que não atrapalhasse as atividades. A produção e a distribuição de coleções didáticas de História Natural foram julgadas insuficientes pelo Museu, sem uma prescrição a respeito dos usos dos materiais, orientação da sua organização no espaço escolar e acompanhamento das atividades dos professores com a utilização desses itens.

Nos anos 1930, o Museu Nacional passou a produzir e disponibilizar especialmente diapositivos e filmes para aulas, cursos e conferências, em substituição às gravuras, esses recursos considerados inovadores, despertavam na época, grande interesse de professores e alunos (SILY, 2012). Dentre os materiais, havia uma preferência por temas voltados à Botânica e à Zoologia, tais como “Babaçu”, “Carnaúba”, “Movimento dos vegetais e plantas que capturam insetos”; “Vida das abelhas”; “Mimetismo”, “Nos

sertões de Mato Grosso” (SILY, 2012, p. 301). A audiência e a participação contavam com notável número de professores e alunos¹⁶.

Entre 1932 e 1934, Roquette-Pinto foi responsável pela publicação da *Revista Nacional de Educação* (RNE), com apoio do Ministério de Educação e Saúde Pública. A RNE dedicava parte de seu conteúdo às lições de ciências naturais, em pequenos textos, com linguagem acessível, ilustrações, desenhos e gráficos, organizados do mais elementar para o mais complexo, o que aponta preocupação didática (SILY, 2012). O periódico atingia a expressiva tiragem de cerca de doze mil exemplares. Apesar do curto período de circulação, foram publicados 21 números, com conteúdo que contemplava noções elementares de botânica, extração mineral e agricultura, história, arqueologia, lições de desenho, filosofia, lendas brasileiras, artes, mapas celestes do Brasil, geologia, proteção à natureza, além de relatos sobre expedições ao território nacional. Os artigos citados enalteciam o papel educativo do Museu Nacional, incentivavam a visita de professores e estudantes e reforçavam a necessidade de as escolas possuírem coleções para um ensino prático de ciências¹⁷, fato este que já tinha certa tradição, tanto na legislação educacional quanto na história da educação em museus.

O debate sobre a educação nacional também foi abordado na RNE em artigos sobre o ensino regional e profissional, sobre o papel do professor do campo e da educação rural. A atuação de Roquette-Pinto alinhava-se às premissas assinaladas pelo grupo dos “Pioneiros da Escola Nova” na recém-criada Associação Brasileira de Educação (ABE), tendo partilhado dos pressupostos da entidade em relação à defesa da instrução pública e à ideia de reconstrução nacional (RANGEL, 2010, p. 263).

Outra destacada cientista do órgão com forte ação educativa foi Bertha Lutz¹⁸. Dentre as inúmeras atividades desta pesquisadora, vemos que foi integrante de comissões que buscavam contato com outros museus no mundo, com viagens constantes aos EUA e Europa (1922 e 1932) pelo diálogo por métodos inovadores para o setor educativo do museu (SOUZA, 2014). Realizou visitas aos estabelecimentos de ensino da região sudeste do Brasil para acompanhamento das atividades educativas a partir de coleções para o ensino

¹⁶ “No ano de 1933, compareceram à Sala de Cursos do Museu Nacional, cerca de, 1.437 alunos de diferentes níveis de ensino de 8 estabelecimentos escolares, em sua maioria da cidade do Rio de Janeiro. Num total de 49 aulas ministradas por 9 professores e professoras, foram realizadas 68 exibições de filmes educativos e utilizados 455 diapositivos com temática científica, produzidos pelo Museu Nacional”. (Cf. SILY, 2012, p.315).

¹⁷ O texto *Toda escola deve possuir uma coleção de botânica*, escrito por Carlos Vianna Freire, na edição n.1, estimulava as professoras primárias a criarem com seus estudantes um herbário em forma de álbum, para estimular o ensino pela visualização do exemplo e pela atividade prática.

¹⁸ Bertha Lutz foi aprovada em concurso para a secretaria do Museu Nacional, em 1919, formada em Ciências Naturais pela Universidade de Paris-Sorbonne, ocuparia também o cargo de Naturalista a partir de 1927. Em sua militância política, destacou-se na luta pela causa feminina, em prol da instrução das mulheres e sua participação no âmbito profissional e campo científico.

de ciências. Com este trabalho, coligiu diferentes aspectos que julgava de interesse para a difusão dos processos de divulgação pelo ensino dentro do museu.

Os relatórios de Bertha Lutz a respeito das visitas apontavam também a receptividade e o zelo dos diretores e professores com as coleções obtidas, e as sugestões oferecidas quanto à organização para o melhor aproveitamento das coleções, o que indica um elemento de mérito pela relação estabelecida com as escolas (SILY, 2012). Diante de uma dessas visitas, apontou críticas sobre a ideia de montagem de museus escolares de forma arbitrária, indicando que deveriam organizar exposições segundo especialistas, indicando que a prática de cessão de materiais às escolas estava em regressão, tendo em vista que os materiais ficavam em abandono dentro das instituições escolares, além de reiterar que tal organização faz um acúmulo sem nexos entre os objetos, degenerando-os por “coleção de curiosidades” (SILY, 2012, p. 292).

Ainda que houvesse essa controvérsia sobre os museus escolares, este museu continuou com a promoção deste material didático, inclusive marcando-o como certa tradição do espaço, quando do lançamento do livro “Organização e preparação de Museus Escolares”, de Paulo Roquette-Pinto. Apresentado como um “herdeiro de nome glorioso” pelo zoólogo Cândido Firmino de Mello Leitão, apresenta neste livro os resultados “durante alguns anos de estágio nos laboratórios da 5ª Seção do Museu Nacional” com os trabalhos da “assistência ao Ensino de História Natural”. A apresentação do livro exhibe, reunidas e “um pouco aumentadas”, as aulas dadas às professoras do Distrito Federal, em 1934 (ROQUETTE-PINTO, 1942, p. 5 e 11).

Este mesmo professor expõe que a SAE, em 1936, atendeu a 30 colégios e um total de 2.289 alunos, mais cerca de 30 professores. Além disso, indica que essas escolas traziam exemplares coletados em suas proximidades, para ter o preparo prospectivo da parte do Museu que reencaminhava o material colhido para ser exposto nas respectivas coleções escolares (ROQUETTE-PINTO, 1942, p. 35).

Neste caso, os museus escolares são concebidos não como coleções de coisas exemplares, nas quais “ninguém procura ver espécies raras, minerais, plantas ou animais exóticos”, Incentiva-se a apresentação de exemplares comuns da região habitada pelo aluno; deixando, o que é raro, ser apresentado por fotos e ilustrações. O livro está interessado nos métodos de ensino da história natural e, portanto, entende que a organização dos museus escolares deve seguir os passos de um naturalista, indicando todos os possíveis procedimentos científicos para a coleta, preparo, instalação, conservação e exposição dos exemplares colhidos, inclusive apresentando, para cada passo, as ferramentas que serão utilizadas, reforçando a importância da instrução técnica para o sucesso do empreendimento (ROQUETTE-PINTO, 1942, p. 38).

Como se pode ver, o Museu Nacional acompanha os encaminhamentos dados pelas legislações educacionais, em relação ao seu uso educativo, primeiro se apresentando como estimulador do método intuitivo para, depois, manter-se como um centro de referência à formação de professores e atendimentos aos estudantes, principalmente pelos serviços do SAE – departamento que gerenciava múltiplas tarefas no sentido de formação de públicos e, neste caso, escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao percorrer as definições de Museus ao longo dos anos, percebe-se que é intrínseca a sua função ligada à guarda e à conservação, a estudos e pesquisas, à competência de educar o público. Os museus apresentados neste texto mantinham as ações educativas para o público em geral, mas tinham atenção à formação do público escolarizado, fazendo ações que fossem imediatamente pensadas a este agrupamento.

No século XIX, os museus, a serviço da instrução pública, seguem apoiados à concepção educacional de que a uma análise acurada das coisas é a fonte mais confiável de conhecimento (LOPES; MURIELLO, 2005). No início do século XX, a educação e a produção do conhecimento fazem parte da transformação do ideário dos museus quando apresentados como edificações dignas para seguir com os seus propósitos de instrução. Do ponto de vista da instrução pública, vemos que o uso de coleções para o ensino pelo olhar, de modo a estabelecer, reforçar e consolidar uma educação dos sentidos a partir dos usos de artefatos, é uma realidade objetiva, amplamente fundamentada, universalmente aceita no mundo escolarizado.

Os três museus apresentados foram fiéis no cumprimento de suas funções dentro do quadro de suas especificidades. Vemos dois centros de ciência, museus de história natural e um museu de educação, com seções também interessadas nas ciências naturais, criando prática de relacionamento envolvendo formação intelectual, prática e uso de seus espaços para tanto. O *Pedagogium* era um museu diretamente ligado à formação de professores. Os seus espaços serviam diretamente à formação docente, inclusive, enfrentando o debate de competição com a Escola Normal quanto à necessidade de sua existência. Não obstante, buscava a formação de professores enquanto apresentava as inovações de ensino, por meio da exposição visual de produtos.

Os responsáveis pelos museus não se furtaram de acompanhar as ações educativas. Com maior ou menor ênfase, cumpriam as demandas dadas pelas legislações da Instrução Pública e, como no caso do Museu Nacional, inclusive fomentavam novas abordagens didáticas, tanto pela apresentação pública de seus acervos quanto pela produção própria de materiais didáticos.

No caso do *Pedagogium*, criado exclusivamente em função do ensino, reforçou-se a ideia de ensino científico no país e que estivesse coligado a propósitos mais políticos, pois não bastava ter conhecimento em ciência, era preciso educar os sentidos, transmitir valores. Por isso, o professor era visto como um alvo especializado, um oficial do estado e divulgador de uma educação republicana associada ao progresso e à ciência.

O Museu Paulista faz este atendimento também sob demanda e por conhecimento da legislação educacional, tendo em vista o caráter amplo de sua perspectiva educacional, pois não se tratava tão somente de um museu de ciência. Seu espaço carrega outras significações, como monumento da Pátria, marco do projeto paulista de Instrução Pública. Por conta disso, para além da função educativa direta às escolas, pela detalhada composição de coleções científicas para museus escolares, o museu era espaço de integração de um plano de republicanismo paulista pela educação e pela ciência.

Progressivamente, vemos que as ações educativas nos museus ganham especialização, de modo que o Museu Nacional intensifica suas ações a partir de um departamento específico para tanto, o SAE. Este espaço indica mais do que uma simples transferência de conhecimentos entre departamento, mas uma forma de divulgação que questiona o seu próprio acervo, apresentando-o para o treinamento docente, visando, inclusive, à prática de confecção de coisas. Dotavam os professores de coleções e davam orientações sobre sua organização e usos; ofereciam cursos e sediavam eventos no qual podiam ampliar seus conhecimentos sobre História Natural. Estimulavam a preparação de coleções e técnicas para sua manutenção.

Os três espaços também se apresentam como órgãos de “vulgarização” da ciência. Para tanto, um dos pontos em comum era a sua ligação direta com escolas públicas. De certo modo, essa prática de vulgarizar a ciência por meio da relação com as escolas faz pensar na construção de representações sobre ciência e ensino que foram fixadas, principalmente hierarquizando as posições entre a ciência dos cientistas e a ciência ensinada, o que gera um outro profícuo debate, cabível aos interesses de uma história cultural da ciência e uma história da educação em ciências.

REFERÊNCIAS

ALVES, Ana Maria de Alencar. **O Ipiranga apropriado: ciência, política e poder: o Museu Paulista, 1893-1922.** São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.

BRAGHINI, Katya, MARCHI DA SILVA, Camila. Museu Paulista, a Instrução Pública, e o provimento de matérias para as escolas do estado de São Paulo: uma história dos museus escolares. In: GRANATO, Marcos. RIBERIO, Emanuela Sousa. ARAÚJO, Bruno Melo de. (Org.) **Cadernos do Patrimônio da Ciência e Tecnologia: instituições, trajetórias e valores.** Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2017, p.255-282.

BRASIL, Decreto de 06 de junho 1818.

BRASIL, Decreto nº 377A de 05 de maio de 1890.

BRASIL. Decreto de Lei nº 667 de 16 agosto 1890.

BRASIL, Decreto nº 810 de 04 de outubro de 1890.

BRASIL. Decreto nº 981 de 8 de novembro de 1890.

BRASIL, Decreto nº 11.896, de 14 de Janeiro de 1916.

DALLABRIDA, Norberto. A reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário. **Educação**, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 185-191, maio/ago. 2009.

GROLA, Diego Amorim. **Coleções de História Natural no Museu Paulista (1894-1916)**. 2014. Dissertação (Mestrado em História Social) apresentada à Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Sociais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. **Francisco Rangel Pestana: o educador esquecido**. Prêmio grandes educadores brasileiros: monografia premiada 1987. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 1988.

LAFUENTE, Antonio, VALVERDE, Nuria. O surgimento dos primeiros Comuns modernos: Tecnologia, Patrimônio, Iluminismo. Tradução: Katya Braghini. **Museologia e Patrimônio**, v. 15, n. 1, p. 333-350, 2022.

LOPES, Maria Margaret, MURRIELLO, Sandra E. Ciência e Educação em museu no final do século XIX. **História, Ciência, Saúde – Manguinhos**, v. 12 (suplemento), p. 13-30, 2005.

LOPES, Maria Margaret. **O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX**. São Paulo. SP. Editora Hucitec. 1997.

LOPES, Maria Margaret. A favor da desescolarização dos museus. **Educação & Sociedade**, n. 40, p. 443-455, dez., 1991.

MARCHI DA SILVA, Camila. **Museus Escolares no estado de São Paulo (1879-1942)**. Dissertação (Mestrado em Educação). PEPG em Educação: História, Política, Sociedade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

MARCHI DA SILVA, Camila. **História do Museu Pedagógico Nacional: Pedagogium, um museu de grandes novidades (1890-1919)**. Tese (Doutorado em Educação). PEPG em Educação: História, Política, Sociedade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2021.

MORAES, Fábio Rodrigo de. Uma coleção de história em um museu de ciências naturais: o Museu Paulista de Hermann von Ihering. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, vol.16, n.1, jan./jun. p.203-233, 2008.

PEREIRA, Marcelle Regina Nogueira. **Educação museal, entre dimensões e funções educativas: a trajetória da 5ª seção de assistência ao ensino de história natural do Museu Nacional**. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio). Museu de Astronomia e Ciências Afins, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

PETRY, Marília Gabriela; SILVA, Vera Lucia Gaspar da. Museu escolar: sentidos, propostas e projetos para a escola primária (séculos 19 e 20). **História da Educação**. Porto Alegre: ASPHE, v. 17, n. 41, p. 79-101, 2013.

POULOT, Dominique. **Museu e Museologia**. São Paulo. SP. Autêntica. 2013.

RANGEL, Jorge Antonio. **Edgard Roquette-Pinto**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Editora Massangana, 2010.

REVISTA PEDAGÓGICA, nº3 de 15 de dezembro de 1890.

REVISTA PEDAGÓGICA, nº 18, Tomo 3, 1892.

REVISTA PEDAGÓGICA, nº 40, 1894.

REVISTA PEDAGÓGICA, nº44, 1895.

REVISTA PEDAGÓGICA, nº 45, 1895.

REVISTA PEDAGÓGICA, nº 48, 1896.

ROQUETTE-PINTO, Paulo. **Organização e preparação dos Museus Escolares**. Porto Alegre: Globo, 1942.

SALINAS Y TERUEL. [Festa Escolar no Ipiranga]. 1912. Óleo sob tela 99x150 cm. Pinacoteca do Estado de São Paulo.

SÃO PAULO. Primeiro Relatório do Museu do Estado de São Paulo (1891, s.n.).

SILY, Paulo Rogério Marques. **Casa de Ciências, Casa da Educação: Ações Educativas do Museu Nacional (1818-1935)**. Tese (Doutorado em Educação), Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

SILY, Paulo Rogério Marques. **Casa de Ciências, Casa de Educação: Ações Educativas do Museu Nacional (1818-1935)**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2022.

SOUSA, Lia Gomes Pinto de. “Honrosas comissões” e o papel educativo do Museu Moderno: Na divulgação científica, proteção à natureza e a luta pelo progresso feminino na atuação de Bertha Lutz (décadas de 1920 e 1930). **Revista Feminismos**, UFBA, vol.2, n.1, jan./abr, p.131-150, 2014.

STEPANENKO, Igor. **O Museu do Ipiranga e a Instrução Pública no estado de São Paulo. um estudo sobre o atendimento ao público (1895-1915)**. Dissertação (Mestrado em Educação), PEPG em Educação: História, Política, Sociedade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

RIO DE JANEIRO. Anuário de Ensino do Rio de Janeiro, 1895.

VIDAL, Diana Gonçalves. O museu escolar brasileiro: Brasil, Portugal e França no âmbito de uma história conectada (final do século XIX). In: FERNANDES, Rogério; LOPES, Alberto; FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Orgs.). **Para a compreensão histórica da infância**, p.199-220. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

VIDAL, Diana Gonçalves. Por uma pedagogia do olhar: os museus escolares no fim do século XIX. In: VIDAL, Diana Gonçalves, SOUZA, Maria Cecília Cortez Christiano de. (org.). **A memória e a sombra: a escola brasileira entre o império e a República**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

Contribuição das autoras

autora 1 – preparação, criação ou apresentação de trabalho publicado, especificamente a exibição/apresentação de dados, participação ativa na análise dos documentos, organização do texto e revisão da escrita final.

autora 2 – participação ativa na análise dos documentos, escrita do texto, organização do texto e quadros.

autora 3 – participação ativa na análise dos documentos, escrita do texto, organização do texto e quadros.

.

Declaração de conflito de interesse

os autores declaram que não há conflito de interesse com o presente artigo.

Declaração de disponibilidade de dados da pesquisa

todo o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.